

Prostituição infantil e juvenil, do sexo feminino, no Brasil: a escola como agente de mudança de comportamento

Ana Claudia Figueiredo Rebolho*

Resumo: A prostituição é uma atividade que gera constantes conflitos e controvérsias. A maneira como é praticada acarreta, em algumas situações específicas, enquadramento legal. Diante de tantas injustiças cometidas contra as prostitutas, elas começam a ganhar destaque na sociedade e passam a lutar por seus direitos como trabalhadoras já no início do século XX. Diferentemente da prostituição em idade adulta, a prostituição infantil e juvenil é um fato que ganhou destaque mundial, somente a partir dos anos 90 com denúncias alarmantes, principalmente na França e posteriormente no Brasil. Essa atividade é considerada ilegal, pois é a exploração do mais forte sobre o mais frágil, do adulto sobre a criança, que por sua vez, se encontra fragilizada no processo de violências a qual é submetida. Acreditamos que o papel da escola é de suma importância para a mudança de mentalidade das crianças e adolescentes que se entregam à prostituição, e deve estar presente em todas as instâncias de ensino. A escola como espaço multicultural pode contribuir com um currículo que inclua atividades extras, além do aprendizado acadêmico, fazendo-se presente para ajudar no desenvolvimento de ações que permitam uma melhor compreensão desse fenômeno social.

Palavras chave: Prostituição, Exploração Sexual infantil e juvenil, Escola.

Infantile and juvenile prostitution in Brazil: the school as an agent of behavior

Abstract: The prostitution is an activity which generates constant conflicts and controversies. The way it is practiced causes, in some specific situations, legal framing. In the face of so many injustices committed against the prostitutes, they begin to gain prominence in the society and start to struggle for their rights as workers in early twentieth century. Differently from the prostitution in adult age, the infantile and juvenile prostitution is a fact that gained world prominence only from the nineties with alarming accusations mainly in France and later Brazil. This activity is considered illegal because it is the exploitation of the strongest over the weakest, of the adult over the child, who is weakened in the process of violence to which it is submitted. We believe that the role of the school is of great importance for the change of the mind of the children and adolescents that surrender to the prostitution and it should be present in all teaching steps. The school, a multicultural place, can fulfill extra functions besides the academia teaching to help to develop actions which allow a better understanding of this social phenomenon.



* ANA CALUDIA FIGUEIREDO REBOLHO é mestranda no Centro Universitário Moura Lacerda.

Key words: Prostitution, Sexual exploitation, School children.



O Sonho – Pablo Picasso

Introdução

O século XIX é o século mais conturbado na história da prostituição brasileira, pois a mulher prostituída sai da clandestinidade e da obscuridade para ganhar as ruas e tenta se igualar à prostituta francesa na sua forma de pensar e agir. O discurso burguês, segundo Rago (1985), era centrado na dessexualização da mulher, ou seja, na representação santificada da mãe-esposa-dona-de-casa, ordeira e higiênica. O aspecto sexual está ligado à ideia de procriação. O direito ao prazer na relação sexual era reservado ao homem, enquanto que a mulher deveria manter sua castidade mesmo depois do casamento. A mulher, destinada ao casamento e à maternidade, não podia procurar prazer na relação sexual, e a ideia de orgasmo se torna algo escandaloso.

A mesma autora afirma que, como justificativa aos desvios matrimoniais

dos homens, a medicina procurou mostrar que o homem tem um desejo sexual mais forte do que a mulher, devido à sua constituição biológica, o que explicaria a sua procura pelas prostitutas – reafirmação da virilidade.

Numa época em que os homens necessitavam firmar sua virilidade e ao mesmo tempo se mostrarem dignos das esposas santas, as prostitutas habitavam seu imaginário. Assim, não há como negar as frequentes idas dos homens abastados aos bordéis, o homem pobre era obrigado a se satisfazer com prostitutas que cobravam valores bem menores. De acordo com Rago (1985), nos bordéis muitas das mulheres prostituídas encontravam um ambiente social que jamais poderiam conhecer em outros lugares, já que faziam parte das classes de renda baixa. Ali podiam tocar piano, conversar e cantar; e as alfabetizadas podiam ter algum tempo de leitura. Por outro lado, a rede social se estendia para além do interior do bordel, atingindo toda uma sub-cultura urbana.

Para Rago (1991) a prostituição é focalizada tanto como resposta a uma situação de miséria econômica, quanto como transgressão a uma ordem moral acentuadamente rígida e castradora. Sua função principal seria a de aliviar esporadicamente a tensão criada pela imposição de estritas regras de comportamento sexual, permitindo aos homens e às mulheres “desviantes” dar vazão aos impulsos libidinais representados no interior da família nuclear.

No final do século XIX, entretanto, até mesmo pelo fato da prostituição ser uma atividade complexa e contraditória, há tímidas mudanças no comportamento das mulheres e consequentemente das prostitutas. Num momento de intenso

crescimento urbano e industrial, as posições hierárquicas da sociedade começam a se alterar; “a irrupção de uma presença e de uma fala feminina em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século 19 que muda o horizonte sonoro” (PERROT, 2005, p. 9). Cabia a mulher, até então, o silêncio ligado à obscuridade da reprodução, como se ela estivesse fora do tempo ou até mesmo dos acontecimentos mais corriqueiros, relegada à sua posição secundária e subordinada.

A participação da mulher na sociedade brasileira, até então restrita a uma função familiar – centrada na educação dos filhos e na administração do lar – começa a se transformar a partir da participação no mercado de trabalho. Novidades tecnológicas também possibilitaram a saída de mulheres do espaço restrito da casa para as ruas. Assim, entre tantas e outras consequências, as grandes mudanças políticas e sociais no Brasil na virada do século, foram fundamentais para modificar o papel da mulher na sociedade.

No século XX, as mulheres que continuam a povoar o pensamento dos filósofos, passam agora a ser foco de interesse também dos cientistas sociais, sociólogos, antropólogos, psicanalistas, sanitaristas e historiadores. Surge assim, a importância de se fazer à história das mulheres. Seguindo esse novo modismo, a história das mulheres prostituídas ganha corpo (RAGO, 1985 e DEL PRIORI, 2008).

É também nesse momento da história, que no Brasil, as crianças assumem outros papéis na sociedade. A modernidade clamava pela industrialização, que trouxe mudanças em todos os setores da sociedade. A cidade de São Paulo, no século XX, se

transforma com a urbanização e com a industrialização. O sistema escravista já não mais existia e a mão-de-obra ficava por conta dos imigrantes. Houve o crescimento do pequeno comércio, da classe média, a intensificação da divisão do trabalho e o ingresso das crianças no mercado de trabalho. Devido ao baixo salário recebido pelos responsáveis pela família, muitas meninas acabavam se prostituindo. Segundo Abreu (2006) quando a menina se encontrava desprovida de dinheiro era presença frequente nas ruas se prostituindo e mendigando. Atividade esta, considerada ilícita e prevista nos artigos 399 e 400 do Código Penal.

Tais modificações acabaram por alterar o espaço onde ocorriam as relações comerciais do sexo. Os cabarés ou *rendez-vous* constituíam-se como estabelecimentos sociais que não só ofereciam os serviços de relação sexual, mas também diversos divertimentos, tais como a música, a dança e o jogo.

A presença das meretrizes, nas ruas, praças (locais frequentado principalmente pelas meninas), teatros, restaurantes da cidade, deslocava o foco de atenção das antigas escravas para as “francesas”, reais ou produzidas. A mulher negra, símbolo da sexualidade quente e tropical deixava de figurar como signo da imoralidade sexual, sendo substituída pela prostituta francesa, que parecia ser mais sedutora e experiente que qualquer outra. As prostitutas negras, segundo o médico Dr. Macedo, citado por Rago (1991), se encontravam em situações inferiores, sendo classificadas por ele como “prostitutas clandestinas”, por ocuparem a categoria de mulheres em “baixas condições”. Legitimando, na época, a triplicidade preconceituosa contra elas, ou seja, eram em primeiro lugar: mulher brasileira; em segundo: mulher

brasileira negra e em terceiro: mulher brasileira negra e prostituta.

Se o corpo da ex-escrava fora domesticado, a meretriz estrangeira é que ameaçava deter o controle sobre os instintos reprimidos dos homens e mulheres inexperientes. Não apenas na aparência física, mas na sua astúcia ao tentar conquistar os homens, de um modo geral:

De todas as mulheres, a que mais inteligentemente, a que mais tenazmente trabalha para governar o homem, é aquela que menos preocupada parece em governar: a francesa. Enquanto as outras gritam, legislam, discutem, vociferam, incendeiam as estações de caminhos de ferro, violam as caixas de correio [...]; - a francesa, mais sensata, mais astuta, mais inteligente, incomparavelmente mais conhecedora da psicologia masculina, trata, antes de tudo, de se fazer cada vez mais bela, mais desejada, mais enigmática no seu poder de sedução – portanto, cada vez mais absorvente, mais imperiosa, mais dominadora, mais e mais senhora absoluta do coração e do pensamento do homem, seu eterno adorador e seu implacável inimigo [...]. (DANTAS, *apud* RAGO, 1991, p. 43-44).

As francesas eram consideradas mais civilizadas e de melhor nível cultural do que as brasileiras. Principalmente ao iniciarem os jovens nas artes do amor e ao ensinarem códigos mais modernos e civilizados aos rudes fazendeiros. Elas simbolizavam o mundo de mercadorias modernas. Muitas se tornaram damas da sociedade ao se casarem com homens de posição privilegiada.

A prostituição no final do século XX, ganha outras preocupações: a ação das entidades governamentais contra o tráfico de mulheres, a exploração sexual

contra crianças e adolescentes – e o surgimento da AIDS.

Não há como negar que o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes tem recebido grande atenção por parte da mídia, seja a mídia impressa [...], seja a televisão. No ano de 1992, por exemplo, o jornal Folha de S. Paulo publicou quase 120 matérias sobre prostituição infanto-juvenil no Brasil. Além da grande quantidade de matérias publicadas, o jornal denunciou o suposto número de meninas prostitutas em nosso país: em torno de 500 mil meninas. (LANDINI, 2006, p. 227)

O vírus HIV (AIDS) tornou a prostituição uma prática potencialmente fatal para prostitutas e para seus clientes, havendo no início da enfermidade uma verdadeira epidemia. A prática da prostituição recebe um grande golpe. Foi necessária a intervenção estatal para o controle e prevenção das doenças, que atingiram níveis de epidemia no final do século XX, início do século XXI, extinguindo boa parte da população de risco.

Agora, no século XXI, as prostitutas lutam por seus direitos perante a sociedade. Elas ganharam um maior espaço na sociedade. Entretanto, essa mesma sociedade que não as acolhe – mas as usam – age com hipocrisia para com elas, pois de um lado se mostra moralista, condenando-as, e por outro se sacia pelos serviços prestados.

A sensação que temos é que há um discurso oficial que se preocupa com a expansão do mercado do sexo, que seduz, cada vez mais, as jovens a abandonarem suas profissões convencionais para tentar a sorte neste ramo. O que não corresponde com a realidade da maior parte das prostitutas, das adolescentes e em muitos casos, de

crianças, que vendem seus corpos por dinheiro.

A exploração sexual comercial [...] já foi abordada de várias formas. A mais conhecida e propagada é aquela veiculada pela mídia, de forma narrativa e sensacionalista, que simplifica o fenômeno, sem oferecer conteúdo para entendê-la, o que contribuiu para criar um estigma da prostituição infanto-juvenil [...]. (ROSA & MALLAK *apud* LIBÓRIO & SOUSA, 2004, P.335).

Surge assim, uma nova preocupação que passa a fazer parte do cotidiano brasileiro, mas principalmente, de adolescentes de famílias com menor poder sócio-econômico que passam a ser vítimas dessa nova realidade a “prostituição infantil e juvenil de meninas”.

Prostituição infantil e juvenil de meninas: diferentes concepções

Diferentes autores apresentam também diferentes concepções sobre a prostituição infantil e juvenil – vale ressaltar que o presente artigo irá tratar apenas do caso feminino, não que a prostituição masculina não seja preocupante, muito pelo contrário, somente não é o objetivo do mesmo.

A terminologia usada é, muitas vezes, divergente: prostituição infanto-juvenil; prostituição infantil e juvenil e prostituição de crianças e adolescentes.

A prostituição infanto-juvenil está calcada na comercialização do corpo como coerção ou escravidão ou para atender às necessidades básicas de sobrevivência. Destaca-se ainda a necessidade de ações sociais, aí incluindo as da saúde coletiva, para que o tema não fique nas hipérboles dos discursos e dos números; transforme a fala em atitude. (GOMES, et al., 1999, p. 171).

Livros que merecem maior destaque na mídia por denunciarem o tráfico de mulheres e exploração de meninas, raramente passam da 2ª edição, como o caso de Libório e Sousa (2004), por não alimentarem a indústria do capitalismo.

Campanhas do governo contra a prostituição infantil também não surtem o efeito desejado. O teor destas gira em torno de atitudes repressivas contra atuações exploradoras e de caráter moralizador.

O exercício da prática independente da prostituição não é ilegal no Brasil. Contudo, subterfúgios legais, tais como o atentado ao pudor ou o escândalo público, têm sido utilizados como álibis para o enquadramento legal do exercício da prostituição. (GUIMARÃES & MERCHÁN-HAMMAN, 2005, p 526).

Desse modo, essas campanhas não conseguem atingir o seu objetivo, pois não trazem mudanças efetivas para crianças e adolescentes que se encontram no mundo da prostituição. Há de se levar em consideração, segundo Faleiros (2004), que a exploração sexual de crianças e adolescentes é crime, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Artigo 244 – A da Lei 8069/90) que prevê pena de reclusão de quatro a dez anos a quem submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual, incorrendo nas mesmas penas o proprietário ou gerente ou responsável pelo local em que se verifique o crime tipificado.

A escola como espaço destinado à educação formal, precisa estar presente, através de todos os seus agentes educacionais, na busca não só de informar, mas também na tentativa de intervir junto aos seus alunos, no que se refere à precocidade cada vez maior de

adolescentes que se envolvem no mundo da prostituição.

Assim, o papel da escola passa a ser de suma importância para a mudança de mentalidade das crianças e adolescentes que se entregam à prostituição, e deve estar presente em todas as instâncias de ensino:

Cabe a academia, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o papel fundamental de trabalhar com grupos sociais, produzindo conhecimentos e metodologias que possam servir de subsídios aos gestores públicos na elaboração de políticas, programas e ações que coloquem como prioridade nacional a criança e o adolescente (SANTOS & SOUSA, 2008, p. 19).

A escola como um espaço de múltiplas manifestações culturais deve cumprir funções extras, além da sua árdua tarefa de aprendizado acadêmico, deve-se fazer presente para ajudar no desenvolvimento de ações que permitam uma melhor compreensão desse fenômeno social. Penãlonzo (2001) considera que estes fatos não são isolados e que estão intimamente ligados aos contextos históricos sociais vivenciados em diversos momentos da história, na qual a escola está incluída. O mesmo autor ainda destaca que quando a escola abre espaço para um diálogo contextualizado, pode melhor pensar e compreender o tema, direcionando melhor suas ações de trabalho.

Para que ações contra a prostituição infantil e juvenil sejam efetivadas há a necessidade, como evidenciam Santos & Souza (2008), de que exista o desvelamento dos fenômenos contemporâneos que afetam o mundo infantil e juvenil, nas mais diferentes instâncias, onde todas as áreas de

conhecimento precisam estar presentes para, de forma criativa e criteriosa, melhor investigar esses fenômenos com base em sua materialização.

A partir da década de 1990, teve início a preocupação com a prostituição infantil e juvenil, no cenário mundial.

[...] o tema a que mais se deu destaque no cenário das denúncias, e que foi objeto da pressão exercida por diferentes entidades/instituições nacionais e internacionais, foi a prostituição infanto-juvenil, que culminou na criação, em 1993, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infanto-Juvenil pela Câmara Federal (Brasil. 1993-1994). [...] o tema da prostituição infantil, enquanto fenômeno social assim designado, emergiu da imprensa a partir da publicação, em julho de 1987, no jornal francês *Le Monde*, de um relatório sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no mundo, organizado pela Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH). (SANTOS & SOUSA, 2008, p.45).

Segundo Santos & Sousa (2008) a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição Infanto-Juvenil, instalada pela Câmara Federal em 1993 e 1994 e da Comissão Especial de Investigação (CEI) sobre a Prostituição Infanto-Juvenil da Câmara Municipal de Goiânia, nos anos de 1997-1998, trazem informações preciosas sobre a exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Elas servem de base para se criar projetos de conscientização para o problema que se apresenta, e que necessita estudos mais profundos que possam dar subsídios para melhor adequação do trabalho que a escola pode prestar ao seu alunado de maneira geral.

Alguns autores, como Penãlonzo (2001), trabalham com a ideia de que o

lugar da criança e do adolescente, além da própria casa, é a escola. Sua infância e adolescência não podem ser negadas. A escola, juntamente com os professores tem que orientá-los à negação do trabalho da exploração ilegal do corpo (onde muitas vezes, por falta de dinheiro, acabam abandonando a escola e como não têm qualificação, se prostituem) bem como o comprometimento a vida escolar e a saúde.

Desse modo, cabe também à escola o papel de conscientização e prevenção sobre essa problemática, visto que a influência dos educadores perante aos alunos é considerável. Quando se fala de prevenção no âmbito escolar deve-se considerar, valorizar e investir na formação de profissionais qualificados, bem treinados e habilidosos para lidar com temas específicos e problemáticos. Deve também buscar envolver o corpo escolar inteiro (não apenas o discente) e colocar a criança e o jovem como participante ativo no processo de elaboração de projetos. Projetos estes que, devem visar à construção de uma identidade pessoal (auto-estima, socialização, disciplina, organização) e participação social (conscientização de papéis sociais e cidadania responsável), utilizando linguagem acessível próxima da realidade vivida por essa clientela.

No entanto, Figueiró (2006) critica o ensino sexual nas escolas, alegando que este tem uma visão médico-biologista da sexualidade, como também uma visão normativo-institucional e que ainda há resistência significativa em considerar e acolher a educação sexual como parte da educação global do indivíduo. A prostituição é tratada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), superficialmente, o que, segundo a autora pode denotar resistência e preconceito. Para ela a

sexualidade foi constituída nos PCNs, como Tema Transversal, a fim de disseminar-se por todo campo pedagógico e irradiar seus efeitos em domínios os mais heterogêneos, dentre outros. Entretanto, quando se fala em Tema Transversal, a escola, assim como os professores não tem por obrigação trabalhar tal assunto. É uma sugestão. Não há aulas destinadas exclusivamente aos Temas Transversais. A sexualidade, assim, é trabalhada apenas no que diz respeito à constituição física do ser humano, a gravidez na adolescência, as DSTs e a Aids, superficialmente.

Oliveira & Bueno (1997) completam a fala de Figueiró (2006) argumentando que nos seus estudos há uma carência de informação aos alunos sobre sexualidade e DSTs nas escolas, sendo que a mesma é o espaço crucial para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades junto aos seus integrantes, visando à garantia de mudanças de comportamentos.

A sexualidade é atualmente vista como um problema de saúde pública, de acordo com Altmann (2001). Seguindo essa linha de raciocínio a escola, como espaço privilegiado para a implementação de políticas públicas, deve promover também, cuidados com a saúde de crianças e adolescentes, através da orientação sexual. A escola, sendo um local de aprendizagem e socialização, se não é, deveria ser, referência para essa clientela.

Referências

- ABREU, M. **Meninas perdidas**. In: DEL PRIORI, Mary. (org.) *História das crianças no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 56-83.
- ALTMANN, H. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2001, vol.9, n.2, pp.575-585. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf> Acesso em 07/10/2009.
- BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: **Pluralidade cultural: orientação sexual** / Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. – 3.ed. – Brasília: MEC, 2001.
- DEL PRIORI, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- FALEIROS, V. P. **O fetiche da mercadoria na exploração sexual**. in: LIBÓRIO, R. M. C., SOUSA, S. M.G., (org.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo. Goiânia, GO, Universidade Católica de Goiás, 2004.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas, SP: Mercado das Letras; Londrina, PR: Eduel, 2006.
- GOMES, R., MINAYO, M. C. de S., FONTOURA, H A. **A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde**. Rev. Saúde Pública, [online]. 33(2): 2-9, 1999. Disponível em: <www.abmp.org.br/textos/343.htm>. Acesso em 02/09/2009.
- GUIMARÃES, K., MERCHÁN-HAMANN, E. **Comercializando fantasias: a representação social da prostituição social da prostituição,** dilemas da profissão a construção da cidadania. Florianópolis: Estudos Feministas, 13(3): 320, set. dez. 2005.
- LANDINI, T. S. **Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração**. **Cadernos Pagu**: Campinas, n. 26, p. 225-252, jan.jun. 2006.
- LIBÓRIO, R. M. C., SOUSA, S. M.G., (org.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo. Goiânia, GO, Universidade Católica de Goiás, 2004.
- OLIVEIRA, M. A. F. C.; BUENO, S. M. V. **Comunicação educativa do enfermeiro na promoção da saúde sexual do escolar**. Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]. 1997, vol. 5, n. 3, pp. 71-81. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rlae/v5n3/v5n3a11.pdf>. Acesso em 20/09/2009.
- PENÑALONZO, J. O. **La escuela, diferentes contextos culturales y culturas de frontera**. Porto Alegre: Revista Brasileira de Educação. Fórum Mundial de Educação I, 2001.
- PERROT, M. **Mulheres Públicas**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.
- PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- RAGO, M. **Do Cabaré ao Lar**. A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAGO, M. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANTOS, J. V., SOUSA, S. M.G. **Exploração sexual de crianças e adolescentes: pesquisas com documentos de domínio público**. Goiânia: Cânone, 2008.